

## **AGRICULTURA, RESISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA: O DEBATE DA REPRODUÇÃO CAMPONESA EM PLANALTO-BA**

**JAQUELINE SILVA PORTELA  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

**DAIANA SILVA MARQUES  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

**ALINE FARIAS FIALHO  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

### **Resumo**

No interior das contradições do sistema capitalista de produção a classe camponesa se desenvolve, persiste e resiste às investidas complexas do capital. Sendo assim, o campesinato no Brasil é marcado pela territorialização do capital por meio da extração da renda da terra do camponês, ou pela subordinação da produção ao mercado capitalista. No entanto, a constante permanência e resistência da figura campesina no campo é o traço marcante da recampesinação. Nesse sentido, à luz do materialismo histórico dialético, busca-se compreender a reprodução camponesa nas contradições do sistema capitalista de produção, de modo especial no campo da cidade de Planalto. A intensa capacidade que o capital possui de adentrar, fazer e refazer a paisagem, marcando-a com seu traço intenso de desigualdade e penetrando todos os espaços, bem como na cidade de Planalto no interior da Bahia, cidade pequena, mas assinalada intensamente pelo histórico da reprodução camponesa, no tempo e no espaço do município. Ao mundializar-se o capitalismo consegue adentrar todos os espaços, assinalando os seus padrões contraditórios, nessas contradições, o campesinato no município apresenta suas especificidades, porém, assinalada pelo contexto mundial de reprodução do capital. Portanto, estudar a reprodução camponesa em Planalto é evidenciar a heterogeneidade das unidades camponesas, e sua territorialização por meio das estratégias de resistência campesina. Assim, por meio da pesquisa de campo foi possível constatar as contradições nos quais os camponeses de Planalto estão inseridos, como também a relação das suas experiências, utilizadas como forma de resistência, frente a extração da terra, ou da sujeição da produção.

5499

**Palavras-chave:** Reprodução camponesa. Agricultura camponesa. Terra.

### **Abstract**

Within the contradictions of the capitalist system of production, the peasant class develops, persists and resists the complex attacks of capital. Therefore, the peasantry in Brazil is marked by the territorialization of capital through the extraction of income from the peasant's land, or by the subordination of production to the capitalist market. However, the constant permanence and resistance of the peasant figure in the countryside is the striking feature of repeasantation. In this sense, in the light of dialectical historical materialism, we seek to understand peasant reproduction in the contradictions of the capitalist system of production, especially in the countryside of the city of Planalto. The intense capacity that capital has to enter, make and remake the landscape, marking it

with its intense trace of inequality and penetrating all spaces, as well as in the city of Planalto in the interior of Bahia, a small city, but intensely marked by history of peasant reproduction, in the time and space of the municipality. By becoming globalized, capitalism is able to enter all spaces, highlighting its contradictory patterns. In these contradictions, the peasantry in the municipality presents its specificities, however, highlighted by the global context of capital reproduction. Therefore, studying peasant reproduction in Planalto highlights the heterogeneity of peasant units, and their territorialization through peasant resistance strategies. Thus, through field research it was possible to verify the contradictions in which the peasants of Planalto are inserted, as well as the relationship of their experiences, used as a form of resistance, against the extraction of the land, or the subjection of production.

**Keywords:** Peasant reproduction. Peasant agriculture. Earth.

## Introdução

Entende-se que o ser humano é constituído por um longo processo de construção histórica, realizado por meio do trabalho e condicionado pelas estruturas dos modos de produção. Nessas circunstâncias, o camponês produz o espaço através do seu trabalho na terra, originando sua própria condição de sobrevivência, sujeito às imposições da classe dominante. Assim, o ser camponês perdura em diferentes períodos históricos, que vão dos modos de produção pretéritos às contradições intensificadas no modo de produção vigente, o sistema de produção capitalista.

Logo, o campesinato é uma classe que permanece ao longo das transformações sociais ocorridas em toda a sociedade. Estudar o camponês é o ponto de partida para a compreensão do campo, suas mudanças e a interferência ocasionado pela inserção desigual e contraditória do campesinato nas relações de mercado. Nesse contexto, o estudo sobre o campo adquiriu uma carga interpretativa singular na pesquisa em Geografia, apresentando traços particulares na busca da compreensão da estrutura socioeconômica e política no campo.

Oliveira (2010, p. 11) debate que estudos recentes buscam entender a relação de permanência e o aumento do campesinato na agricultura, e o contexto de desenvolvimento do próprio capitalismo. Compreendem, portanto, que o desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção.

Dessa forma, o conceito de camponês é principalmente uma opção política e histórica, de luta, resistência contra o capitalismo, e recampesinação. Outras terminologias buscam em diversas vezes mascarar a natureza complexa do campesinato do que revelar sua carga política, social e econômica, pois não é um sentido imediato e estritamente específico, único e

sem subjetividade, por isso não pode ser definido como uma rotulação única e generalizadora, esse conceito é uma heterogeneidade (Shanin, 2005, p. 1-2) que não deve ser analisada fora do contexto societal mais amplo.

Na reflexão da conceituação entre o velho e, o novo sobre o campesinato, Shanin (2005, p. 3) contribui indubitavelmente para a compreensão da pertinência e permanência desse conceito, destacando que o camponês opera nos processos de conhecimentos das sociedades, não pode ser definido apenas pela a variedade das características econômicas, como o trabalho familiar, pelo controle dos próprios meios de produção ou economia de subsistência, à vista que, “[...] as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo o estabelecimento de um ecossistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com ênfase particular no cultivo” (Shanin, 2005, p. 3). No entanto, Shanin chama atenção para a realidade complexa do campesinato no processo de mundialização do capital, em que é possível constatar o contato entre as diversas formas de campesinato em várias regiões e países do mundo, seja no espaço geográfico ou social, uma organização social semelhante em todo o mundo.

Esse debate entre a atualidade do uso do conceito de camponês frente aos ideais da modernidade, em que se considera o campesinato preso ao um passado e não como uma organização social específica enraizado na contradição do capitalismo e na sua reprodução criativa, em que os camponeses ora servem aos interesses capitalistas e ora lhes são contraditórios, coloca em pauta a atualidade deste conceito no conjunto que compõem a era moderna (Marques, 2008, p. 58). Ao passo que, o campo e em especial o campo brasileiro possui marcas profundas das desigualdades sociais, frente à figura do latifúndio e sua associação ao capital industrial, assinalados pela ideia de modernidade cruel e dilapidadora.

Defendendo essa percepção Oliveira, escreve que

Para esses autores, portanto, é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (Oliveira, 2010, p. 11).

Todavia, toda essa complexidade que circunda a questão da reprodução camponesa faz parte de um longo processo de resistência, luta, subalternidade, integração e recampesinação, sendo antes de tudo o camponês um sobrevivente, que mesmo condicionado as imposições capitalistas estabelece espaços de lutas concretos, e sua rendição possui um caráter diferente do proletariado. Apesar de se inserir no mercado para garantir sua sobrevivência, o camponês busca produzir para a sua sobrevivência e não para alimentar a fome insaciável por lucratividade de um sistema, pois a centralidade da sua produção é garantir a reprodução da família camponesa.

Ou seja, a sua ligação com a imposição do capitalismo não ocorre, apenas, de forma direta por meio do assalariamento como na classe proletária, ou na obrigatoriedade da produção de mais valia, como na burguesia. Como também, está na sujeição da produção ao capital, no direcionamento da produção conforme a demanda do mercado, na sujeição da renda da terra ao capital, ou na expropriação direta de suas terras. Além disso, o camponês possui certo controle do seu espaço e tempo que o proletariado não consegue estabelecer devidas todas as amarras burocráticas que o sistema impõe para controlá-lo.

Com isso, o ser camponês possui um território específico de luta e permanência, é a terra que garante o sustento. A terra é o trabalho e ao mesmo tempo é o espaço da sua resistência, é um território que contém singularidades e particularidades da reprodução camponesa. Nesse espaço-tempo a vida camponesa se faz e refaz na medida em que são condicionados, ou sujeitos às forças capitalistas. Não é possível falar-se em uma estrutura, ou em algo intocado pelo capitalismo, pois, o capital é acima de tudo relação social, é algo presente em todo o espaço geográfico, contradição e remanejamento, o capitalismo tudo toca, tudo transforma, o que diferencia a reprodução de uma classe para a outra é maneira como se reorganiza frente às investidas capitalistas, o modo como resistem e persistem, e nesse sentido, o campesinato demonstra sua força, ao se desterritorializar e territorializar nas contradições do sistema capitalista de produção em seu território de luta, a terra do trabalho.

Construindo e reproduzindo espaços, os camponeses instalam suas experiências e as carregam ao longo de diferentes tempos históricos. Williams (1998, p. 165-175) trabalha o conceito de experiência, ressaltando a prática social envolvida na elaboração contínua e descontínua, algo construído de acordo com as vivências sociais presentes em espaços e tempos variados. A experiência faz parte da constituição do ser social e das classes em geral, estão relacionadas ao modo de vida e sua relação com o trabalho. Partindo dessa perspectiva, Marques (2004, p. 145) enfatiza que o modo de vida camponês “é como um conjunto de

práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleares a família, o trabalho e a terra”, eis a questão da experiência e dos valores que são enraizados na reprodução camponesa, não como forma de romantização dessa classe, mas sim, como forma de se manter e reencontrar-se no contexto da luta contra o capitalismo.

Dessa maneira, a agricultura tradicional camponesa vai além das estratégias de produção e suas experiências são também condicionantes que os permitem travar essa luta contra o capital, Felício evidencia

Portanto, as práticas heterogêneas que servem para armar a resistência camponesa hoje proporcionando o processo de recampesinização é resultado de uma herança agrária com raízes na época neolítica, neste sentido com raízes mais profundas historicamente se comparada ao capitalismo e que hoje se constitui no jeito camponês de fazer agricultura (Felício, 2010, p. 86).

As experiências que os camponeses possuem são sem dúvidas as mais importantes para o desenvolvimento da agricultura futura, pois os padrões dilapidadores e extensivos ligados ao agronegócio, a utilização intensiva de agrotóxicos e do uso irregulares do solo possuem certidão de óbito assinada para o fim de solos agricultáveis no Brasil e no mundo.

### **O debate da reprodução camponesa em Planalto-BA**

A formação territorial brasileira é marcada pelo padrão dilapidador em relação ao meio natural e aos povos originários que aqui já habitavam. Moraes (1997, p. 34) reflete esse contexto, ressaltando o processo de extração e exportação das matérias primas brasileira, esse movimento servia principalmente ao capitalismo, para que o excedente de capital aqui expropriado voltasse livremente para os principais países capitalistas europeus, como os ingleses, holandeses e de forma mais intensa, os portugueses. Nesse contexto, o acesso à terra no Brasil é definido pelos grandes latifúndios e dificultoso em relação aos mais pobres.

O campo brasileiro demonstra marcas profundas da extrema desigualdade e do avanço do capitalismo no campo, desapropriando e expropriando os camponeses. A Revolução Verde, na segunda metade do século XX acompanhada pela modernização desigual, tenta invalidar todos os ensinamentos e preceitos da agricultura tradicional camponesa, mudando completamente as formas de produzir no campo, e no aparato técnico utilizado para o desenvolvimento da produção agropecuária, afetando completamente todas as estruturas. Nas quais, os camponeses se veem subordinados a escala de produção, a luta para se manter na

terra vista a sujeição da sua produção ao capital, ou ainda para lidar com os altos padrões de especulação de terras.

Assim Moreira (2022, p. 127), destaca que a modernização da agricultura em ritmo de aceleração maior que o da indústria ocasiona uma rearrumação do espaço brasileiro, o período de 1950 a 1970 marca a valorização do preço da terra nas áreas de lavoura e pecuária no espaço molecular, desencadeando o começo da modernização e dissolvendo os últimos padrões residuais da economia agro-mercantil exportadora, “os sistemas de cultivo adotam novas técnicas, o campesinato dominial é mantido como exército de reserva dentro da grande fazenda é transformados em trabalhadores volantes e amplia-se o setor da agricultura de mercado” (Moreira, 2022, p. 127).

Nessa perspectiva, Oliveira (2010, p. 20) enfatiza a capacidade que o capital possui de transformar tudo no qual ele toca, e ao mundializar-se esse poder coercivo abarcam todas as porções do globo terrestre e assim todos os lugares são integrados ao circuito do capital, desde as grandes metrópoles até as pequenas cidades. Dessa maneira, a cidade de Planalto fica localizada no interior do estado da Bahia, na Região Nordeste do país. O contexto de formação territorial desse município possui ligação direta com a produção e comercialização de produtos ligados à agricultura e que vieram a ser intensificados após a abertura da rodovia BR-116.

Planalto foi desmembrado da cidade Poções, conforme Lei nº 1.658 de 05 de abril de 1962 (IBGE, 2024). O clima predominante é o semiárido a seco e subúmido. Como é dividido entre duas diferentes áreas climáticas, a vertente mais úmida a leste, compreende ao bioma Mata Atlântica, e a vertente oeste ligada a predominância do bioma Caatinga, válido destacar ainda, a zona de transição climática entre essas duas áreas em que fica localizada o perímetro urbano do município. Nesse sentido, a média pluviométrica anual é de 750 mm a 645 mm.

O município situa-se na microrregião de Vitória da Conquista e na mesorregião centro-sul baiana, entre as coordenadas 14°30' 37" e 40°28' 44" com 907 metros de altitude. Planalto dispõem de uma área 769,000 km<sup>2</sup>, com população de 23.334 pessoas em 2023, dos quais 15.017 são habitantes na área urbana e 8.317 pertencem ao perímetro rural (IBGE, 2023). A organização política administrativa do território do município, é formado por oito povoados (Lagoa de Terto/Veredinha, Lagoa do Morro, Inácio, Lagoa dos Macacos, Duas Vendas, Parafuso, Queimadas e Geribá), e por um distrito (Lucaia). Como referido anteriormente, o espaço municipal de Planalto é fortemente agrário, movido pela interação dos trabalhadores rurais (camponeses) com o fluxo urbano comercial e social da cidade. O

campesinato marca nesse espaço uma relação profunda de história e pertencimento, em Planalto o camponês além de classe social é um modo de vida.

A presente pesquisa sobre a reprodução camponesa no município se concentra de modo especial no povoado de Barra do Rio, localizado na área do bioma Mata Atlântica, com forte predomínio de chuva e estações bem definidas. Devido essas características climáticas os solos desse povoado são bem desenvolvidos, com perfis profundos de latossolos vermelhos, indicando a grande presença de ferro. Por esses motivos, essa área se torna muito adequada ao cultivo agrícola, contendo um alto índice de produtividade.

Os camponeses de Barra do Rio enfrentam lutas árduas e diárias para conseguirem se manter na terra e garantir a reprodução da família campesina. Com esses favorecimentos climáticos para a agricultura, essa área sofre forte especulação de terras, sujeição da renda da terra ao capital através do direcionamento da produção, da intervenção dos comerciantes (atravessadores) e da subordinação da produção ao mercado capitalista. No entanto, essa contradição intrinsecamente ligada à reprodução da classe camponesa no interior do sistema capitalista de produção também é o condicionamento para a reprodução camponesa. Apesar de lutar constantemente contra as amarras do capitalismo, os camponeses se sujeitam a essas imposições, para conseguir continuar se reproduzindo.

Ao reconhecer essa potencialidade geográfica e ambiental ligada a esse território o capital tenta ao máximo se territorializar por meio da subordinação, através da produção de monoculturas, pois, não é necessário por vezes expulsar os camponeses de sua terra, mas os direcioná-los a produzir o que for adequado para aquela determinada fase do capital monopolista, realidade essa concretizada nesse povoado. Essa produção está ligada ao mercado externo através da sujeição da produção camponesa ao capitalista, que objetiva acima de tudo expandir suas relações de compra e troca de mercadoria por dinheiro. Concernente a isso, Oliveira ainda pontua

É por isso que, nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas para a exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja etc.), quase sempre em detrimento daqueles produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca etc.), produtos estes que deveriam servir ao consumo da população brasileira. [...] O processo de internacionalização da economia brasileira tem revelado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo industrial de produzir no campo, desencadeando um intenso relacionamento entre a indústria e a agricultura (Oliveira, 1999, p. 77).

As experiências adquiridas por um longo processo de formação social permitem que os mesmos criem estratégias para continuar praticando a agricultura de resistência, através do cultivo consorciado entre as monoculturas e a produção de cultivos variados. As principais monoculturas produzidas são o café que está ligado ao um longo processo de intervenção estatal para expropriação e avanço do cultivo em todo o território nacional, presente de modo mais intenso no município de Planalto a partir de 1960, estando ainda esses camponeses rendidos às estratégias de produção dessas monocultura até a contemporaneidade, seja pela amarras burocráticas de projetos vinculados a políticas públicas do governo que direciona a produção, seja na demanda de mercado para abastecer o espaço urbano.

A outra monocultura produzida no povoado é o morango, que tem vinculação direta com o agronegócio na Bahia. Esses grandes capitalistas cercam os camponeses e retiram a renda da terra por meio da compra dos produtos agrícolas, devido às dificuldades de comercialização que esses camponeses possuem, como péssimas condições de circulação pelas estradas rurais e dificuldades para encontrar consumidores diretos desses produtos, principalmente do café.

Em campo, ao serem questionados acerca das dificuldades vivenciadas cotidianamente do cultivo na terra, sobre as variações de clima, entre outros, os camponeses de Barra do Rio enfatizam que as principais limitações estão nas produções vinculadas à monocultura do café e do morango. Sendo este último, já em fase de decadência da produtividade no povoado, quando perguntado o porquê da diminuição da produção de morango eles enfatizam que o mesmo é muito problemático para cultivo, que o retorno em dinheiro da venda do produto é pouco e o trabalho é muito, enfatizando a preferência pelo cultivo das multiculturas da mandioca, milho, laranja, banana, feijão, entre outros.

Foto 1: Produção de Multiculturas e Café,  
Planalto, 2024



Fonte: Trabalho de campo, março de 2024.

Foto 2: Produção de Multiculturas e Morango  
Planalto, 2024



Fonte: Trabalho de campo, março de 2024.

Foto 3: Estufa de Café, Planalto-BA, 2024



Fonte: Trabalho de campo, março de 2024

Foto 4: Casal de Camponeses, Planalto, 2024



Fonte: Trabalho de campo, março de 2024

Ao relatarem a dificuldade de produzir essas monoculturas, principalmente do morango, o campesinato de Barra do Rio demonstra um certo controle do seu espaço-tempo, evidenciado no começo da pesquisa. Apesar do direcionamento das empresas, das políticas e projetos vinculados ao governo que aprovam aqueles que estão ligados à produção dessas culturas, eles (os camponeses) incessantemente buscam estratégias para se distanciar das amarras do capitalismo. Utilizam-se dos seus conhecimentos e experiência para contribuir na produção das culturas tradicionais e variadas, sendo um trabalho contínuo de territorialização do capital por meio da renda da terra e recampesinação através das estratégias de cultivos que diminuam sua relação direta com o mercado capitalista.

## Considerações Finais

O Camponês é um protagonista que se manifesta nas suas práticas e resistências, seu território de luta e permanência, a terra, permite a relação com o trabalho, e conseqüentemente entender a realidade do campo brasileiro. Sendo assim, os camponeses dentro da estrutura da produção familiar têm algo que foi expropriado do proletariado, a liberdade e autonomia do seu tempo e espaço. Assim destaca Harvey (1992, p. 119) sobre o controle que o sistema capitalista impõe sobre o trabalhador

A disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho” – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais (Harvey, 1992, p. 119).

As falas coletadas em campo expressam significativamente esse controle do campesinato do seu espaço-tempo, eles explicam que a terra significa tudo na vida deles, representa família, esperança e principalmente sobrevivência. Dizem que não conseguem se imaginar em outros espaços, que o cultivo e a lida no campo representam a sua subjetividade, a sua essência. Produzem alimento, mas principalmente formas de sociabilidade e interação, as histórias de vida desses camponeses se misturam e se coincidem, são migrantes que buscavam alternativas melhores de vida e que só as encontram no campo, deixando de ser um trabalhador assalariado na grande metrópole brasileira, São Paulo, para se refugiar com sua família nesse povoado.

Estudando esse povoado compreende-se a essência do campesinato e sua influência marcante no processo histórico do campo brasileiro. As multiculturas consorciadas aos monocultivos em cada hectare delimitam a contradição entre o camponês e a territorialização do capital no campo de Planalto. Produz-se culturas para o espaço municipal, ao mesmo tempo que se produz para o mercado mundializado e outra contradição é criada nesse sentido. As multiculturas produzidas são comercializadas na feira livre municipal, abastecendo o mercado local, com produtos de qualidade (naturais), enquanto que as monoculturas (café e morango) não são comercializadas no âmbito municipal, sendo caro e de difícil acesso o

consumo de morango na cidade. Enquanto as demais hortaliças e verduras apresentam-se de forma abundante na área comercial.

Ao evidenciar a importância das multiculturas para a reprodução camponesa, Fialho acrescenta

Compreendemos, assim, que a prática da produção para a sobrevivência é fator indispensável para a compreensão da forma como se organiza a produção do camponês. A produção heterogeneizada é uma forma de resistência para esses sujeitos permanecerem na terra por permitir que, em momentos de dificuldade, eles disponham de condições mínimas para a manutenção da família, uma vez que se apropriam diretamente de parte da produção (Fialho, 2028, p. 52).

Nesse sentido, o campesinato é uma classe social que luta incansavelmente por acesso à terra e pela sua permanência na mesma, luta também por melhorias na vida, claro que o campo possui todas as suas dificuldades e subjetividades para a sobrevivência daqueles que vivem da agricultura tradicional camponesa. Entretanto, quando se trata da reprodução camponesa a terra do trabalho recebe um sentido único e particular, ao se recampezinar e se territorializar o campesinato luta principalmente contra o sistema capitalista, contra todas as suas perversidades, desigualdades, barbaridades presentes em toda a sociedade e em especial por autonomia dos seus corpos e trabalho.

## Referências

FELÍCIO, Munir Jorge. Questão agrária e processos históricos de construção de paradigmas. **In: Revista Geografia em Questão**, v. 3, n. 1, p. 61-108, 2010.

FIALHO, Aline Farias. **Memória e Ideologia da Agricultura Familiar No Assentamento Gangussu-BA**. UESB: Vitória da Conquista-BA, 2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base cartográfica de 2017, 2020, 2021, 2022**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/todos-os-produtos-geociencias.html>>. Acesso em 01 de março de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, Planalto-BA**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 de março de 2024.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: **O Campo No Século XXI**. Orgs. UMBELINO, A. O.; MARQUES, M. I. M. Edi. Contexto, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História No Brasil**. São Paulo: ANNABLUME, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2022.


OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2010.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. CARLOS, A. F. (org.). 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, Jul./Dez., 2005.


WILLINAS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Oxford, Polite Press**, 1989, pp. 165-75. Tradução de Vagner Camillo: **REVISTA USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.

Autora 1:


	<p>Jaqueline Silva Portela Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UESB, campus Vitória da Conquista (BA). Desenvolve trabalhos na área de Geografia Agrária, com destaque para o estudo da reprodução camponesa. Email: silvaporkelajaqueline@gmail.com Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/1355964601843357">http://lattes.cnpq.br/1355964601843357</a> Orcid: <a href="https://orcid.org/0009-0001-2941-4747">https://orcid.org/0009-0001-2941-4747</a></p>
--	---

5510

Autora 2:

	<p>Daiana Silva Marques Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UESB, campus Vitória da Conquista (BA). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo e cidade e Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia - GRUPEG. Email: daianamarques2000@gmail.com Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/3035343084184158">http://lattes.cnpq.br/3035343084184158</a> Orcid:</p>
---	--

Autor 3:

	<p>Aline Farias Fialho Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB). Email: <a href="mailto:aline.fialho@uesb.edu.br">aline.fialho@uesb.edu.br</a> Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/2987925584616390">http://lattes.cnpq.br/2987925584616390</a> Orcid:</p>
---	--